

IX ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo nas Escolas de Arquitetura
Curitiba-PR, 2008

Paisagem, Cultura e Sociedade: novas fronteiras, olhares e discursos

Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ:

O lugar

Cláudio Antonio S. Lima Carlos¹, Wellington Mary²

¹ Prof.Dr. Departamento de Arquitetura e Urbanismo– Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRuralRJ. Rua General Canabarro, 71/105 – Tijuca, CEP: 20271-202. claudio.limacarlos@gmail.com

² Prof. Dr. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRuralRJ, BR 465, Km 7, Campus, Seropédica, RJ, Brasil, CxPostal.:74.554, 23890-000. wmary@ufrj.br

Resumo

O presente trabalho visa destacar a importância da conservação da paisagem do campus da UFRRJ, principal referência cultural da população do município de Seropédica. Para tal, serão brevemente analisados alguns aspectos imateriais, surgidos a partir de relações culturais desenvolvidas, desde a sua inauguração, entre a população local e de usuários da universidade e a sua paisagem. A base teórica para a referida análise será o conceito de *lugar*. Segundo alguns autores, relacionados ao tema, o conceito de *lugar* extrapola as dimensões espaciais mensuráveis e palpáveis. Ele envolve um universo qualitativo de natureza complexa, sintetizando, dentre outros aspectos, as relações desenvolvidas entre atividades, atributos físicos e sensoriais que viabilizam a formação de interpretações coletivas associadas aos valores daqueles que com ele se relacionam.

O campus da UFRRJ possui escala monumental expressa tanto em seus pavilhões – projetados por Ângelo Murgel – como no projeto paisagístico – de autoria de Reynaldo Dierberger - que impõe ao local um tratamento orgânico caracterizado pela presença de lagos artificiais, massas arbóreas, compostas por espécies nativas, taludes e grandes canteiros gramados. Essas características contribuem para a construção de uma paisagem sublime no árido e insalubre contexto da cidade de Seropédica, estabelecendo, juntamente com as atividades nele desenvolvidas, um marco, uma referência aos moradores e alunos da Universidade. A sua importância cultural extrapola as fronteiras municipais, revelando também relevância regional, embasando seu tombamento na esfera estadual em 1998.

Palavras-chave: paisagem cultural, lugar, patrimônio cultural.

Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): O lugar

1. O surgimento do campus da UFRRJ

O processo que culminou com a construção do campus da UFRRJ foi iniciado em março de 1934, quando as Escolas Nacionais de Agronomia e Nacional de Veterinária tiveram o regulamento comum aprovado e tornaram-se estabelecimentos-padrão para o ensino agrônômico do País.

Em 14 de novembro de 1936, uma Portaria Ministerial tornou as Escolas independentes, aprovando regimentos próprios.

Em 1938, o Decreto-Lei 982 reverteu a situação – enquanto a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), recém-criado, a Escola Nacional de Veterinária passou a subordinar-se diretamente ao Ministro do Estado.

Em 1943, o CNEPA foi reorganizado, pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro, fato que viabilizou o nascimento da Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos.

Em 1944, o novo regimento do CNEPA, aprovado pelo Decreto-Lei 16.787, unificou os novos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário, à semelhança do atualmente existente.

Nesse mesmo ano, também ocorreu a decisão de transferir o campus da nova universidade para uma área de propriedade federal, localizada às margens da antiga Rodovia Rio-São Paulo no km 47 (atual BR-465 km 07), o que se concretizou em 1948.

Finalmente, em 1963, por intermédio do Decreto 1.984, a Universidade Rural passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Brasil, envolvendo a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos

cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola “Ildefonso Simões Lopes”.

2. A arquitetura do campus

O projeto de arquitetura ficou a cargo do arquiteto Ângelo Alberto Murgel (1907-1978) que escolheu o estilo Neocolonial para marcar a aparência de todos os seis principais pavilhões, integrados por um “parque paisagístico”.¹

O arquiteto Murgel integrou uma grande equipe que, a partir de 1938, desenvolveu a proposta de construção de uma sede para o CNEPEA, num terreno situado no atual quilometro 07 da BR-465, originalmente, situada no distrito de Seropédica, integrante do município de Itaguaí. Atualmente, o citado distrito é um município do Estado do Rio de Janeiro². A área era pertencente ao Ministério da Agricultura, sendo, originalmente, parte integrante da Fazenda Nacional de Santa Cruz³.

A implantação dos pavilhões do campus obedeceu a um partido considerado à época, o mais moderno, sendo caracterizado pela divisão da área principal em zonas distintas, conforme os respectivos usos. Segundo Lima (2003:45) a arquitetura adotada para os três primeiros pavilhões do campus (Agronomia, Química e Biologia) tinha um partido único caracterizado por uma linguagem dotada de “volumetria imponente em planta de disposição quadrada, com pátio central”. A cobertura em telhado aparente era arrematada por beirais precedidos de cimalthas, pináculos e frontões ornados por volutas⁴. Ainda

¹ - Segundo F. Costa (1940), o plano do campus da UFRRJ foi “(...) organizado segundo as exigências da técnica moderna, compreendia numerosos edifícios dispostos em zonas distintas, ligadas por um grande parque paisagístico.”

² - Após a construção da Rodovia Presidente Dutra, a Rodovia BR 465, deixou de ser a principal via de ligação entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em fins da década de 1990, ocorreu também a emancipação do distrito de Seropédica que passou a município, denominando a localização do campus da UFRRJ.

³ - A Fazenda Nacional de Santa Cruz, teve origem na Fazenda dos Jesuítas que se estendia da área atualmente ocupada pelo bairro de Santa Cruz, até às proximidades do município de Volta Redonda. A grande e próspera extensão de terras foi administrada pelos Jesuítas até 1759, quando a ordem religiosa foi expulsa do Brasil por decisão do Marques de Pombal. A partir desse ano, a fazenda passou a ser administrada pelo governo português, sendo transformada em Fazenda Imperial, a partir da independência, em 1822. Com a proclamação da República a decadência da fazenda agravou-se, fato que justificou o seu desmembramento em várias glebas menores, que, dentre outras localidades, originou o bairro de Santa Cruz, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

⁴ - Segundo Lúcio Costa “frontões caprichosos”.

segundo Lima (2003), as “(...) portadas de acesso foram definidas de maneira marcante intercaladas pela composição de chafarizes ornamentados. (...) Extensas galerias em arco com vasta ornamentação possibilitavam a ligação abrigada no interior dos pavilhões, por vezes, possibilitando o acesso externo”.

Em 1941, várias edificações já estavam concluídas. No entanto, o campus, como um todo, teve suas obras encerradas em 1948.

2.1 – Breves considerações sobre o estilo Neocolonial

O estilo arquitetônico, de bases nacionalistas, representava uma espécie de reação ao ecletismo arquitetônico e as grandes reformas urbanas que passaram a ser encarados como os grandes vilões de nossa história arquitetônica e urbanística, devendo ser erradicados e substituídos por um estilo genuinamente nacional.

O ecletismo associava-se à falta de identidade cultural, através de suas soluções universais, que conduziam à perda das características urbanas das cidades mundiais, especialmente as sul-americanas. O movimento e a arquitetura neocolonial foram tão fortes que dividiram espaço e atenção nos primórdios do movimento modernista brasileiro, materializado na Semana de Arte Moderna de 1922. Em termos de arquitetura, na ocasião do evento, o que se viu de vanguarda, foi a maquete do projeto de uma casa de campo, de autoria do arquiteto polonês Georg Przyrembel, denominado “Taperinha da Praia Grande” (AMARAL, [1970]2005, p. 75).

Kessel (2002, p.12) destacou que o projeto possuía clara inspiração neocolonial, estilo que, na opinião de Mário de Andrade era um dos principais argumentos a serem utilizados para comprovar que a “hegemonia da corte” não existia mais, ou seja, o “ecletismo europeizante” difundido pela arquitetura da cidade do Rio de Janeiro já não era mais uma unanimidade. Andrade expressava assim a essência do movimento, apesar de seu tom bairrista que expressava uma notória rivalidade com a capital nacional, demonstrado subliminarmente na associação direta do ecletismo à Corte e à sua ex-sede, a cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, apesar de sua extrema importância cultural nos anos 1920 e 1930, é importante observar que a apropriação do estilo Neocolonial em 1947 possui um caráter tardio tendo em vista a emergente arquitetura modernista

que, à época, já contava com inúmeros exemplares construídos no estado e na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, torna-se inevitável a comparação entre as morfologias da arquitetura dos prédios do campus da Universidade Rural (UFRRJ) e os da Universidade Federal (UFRJ), na Ilha do Fundão, de construção contemporânea e claramente influenciada pelo racionalismo arquitetônico, corrente aqui muito difundida pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, que visitou a cidade em duas oportunidades (1929 e 1936). O projeto do campus da UFRJ, de autoria de Jorge Machado Moreira, foi escolhido após inúmeras discussões que envolveram várias alternativas de implantação da universidade. A iniciativa propunha aterrar nove ilhas, sendo a principal denominada Ilha do Fundão, construindo no local, a Cidade Universitária⁵.

Tendo em vista tratar-se de duas iniciativas governamentais de construção de campus universitários, quase concomitantes, cabe observar, a partir da leitura arquitetônica dos dois eventos, que, na década de 1940, o “Brasil rural” (campus da UFRRJ) ainda era associado a uma aparência “colonial”, enquanto o “Brasil urbano” (campus da UFRJ) já evoluíra para o moderno. Esse aspecto reforça a importância cultural do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no contexto arquitetônico regional e nacional, transformando-o em mais um importante testemunho das inúmeras permanências e contradições características de nossa cultura arquitetônica e urbanística.

⁵ - “O conceituado arquiteto Marcelo Piacentini, da Universidade de Roma, foi convidado para escolher o melhor local para implantação e acabou indicando dois: a Praia Vermelha, primeiramente, e a Quinta da Boa Vista. Em 30 de setembro de 1936, Lúcio Costa sugeriu a construção da Cidade na Lagoa Rodrigo de Freitas, através da suspensão dos prédios. Foi rejeitado pelo “Escritório do Plano da Universidade”, sob o fundamento de dificuldades técnicas e de alto custo. Ainda em 1936, a convite do Ministério da Educação e Saúde, veio ao Brasil o arquiteto Le Corbusier, que apresentou um esboço para a localização do complexo universitário na Quinta da Boa Vista. No ano seguinte, recomendado pelo professor Piacentini, veio ao Rio de Janeiro, Victorio Morpurgo, incumbido de rever o trabalho já feito e elaborar os planos finais da Cidade. Com a extinção do “Escritório do Plano da Universidade” e a criação do E.T.U.B (Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil), em 1944, iniciou-se um estudo ferrenho por localizações adequadas. Além dos pontos já citados, entraram em observação as ilhas que hoje sediam parte da universidade, Manguinhos, Ilha do Governador, Boa Esperança, Castelo, Niterói e Vila Valqueire. Cada área dessa foi cuidadosamente estudada para verificar de que maneira seria favorável ao crescimento do Rio de Janeiro. Depois de inúmeras discussões, o E.T.U.B optou pelo projeto de Jorge Machado Moreira, que consistia em aterrar as nove ilhas e construir a Cidade Universitária no local. Tal opção foi pautada na idéia de que, ao contrário do que se vê hoje, o Rio de Janeiro cresceria em direção a Zona Norte, logo, com o passar do tempo, o complexo universitário estaria bem localizado. In “Desmistificando a Cidade Universitária”, 26/10/2004, disponível em UFRJ on line, www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=1543.

3. O projeto paisagístico

A imponente e grandiosidade do Campus da Universidade surgiram da separação dos cursos de agronomia e medicina veterinária, com o tempo verificaram-se aspectos negativos decorrentes desta separação, justificada por necessidades técnicas e objetivos políticos.

Desta forma o Ministro da Agricultura, Fernando Costa, em uma exposição de motivos, apresentou a necessidade de instalações adequadas ao funcionamento de uma escola de agricultura, criando-se, conforme anteriormente mencionado, o CNEPA, formado pela Escola Nacional de Agronomia e pelos Institutos de Química Agrícola, de Experimentação Agrícola e de Ecologia Agrícola. A Escola Nacional de Medicina Veterinária foi incorporada ao CNPEA, somente em 1940.

Diante deste cenário, para adequar todas as escolas em um mesmo local, houve a necessidade de utilização de uma grande área, com cerca de 131.346 m² visando a estruturação e a concretização espacial de vários edifícios dispostos em zonas distintas. As edificações foram ligadas por um grande parque paisagístico de autoria do Arquiteto Paisagista Reynaldo Dierberger, formando um conjunto arquitetônico cuja proposta está descrita abaixo pelo próprio autor do projeto, em depoimento de época dado à “Revista do Serviço Público” de 1944 (MONTEIRO et alii, 1998).

“Exigia-se uma composição paisagística aproveitando-se os elementos naturais tanto quanto possível, a fim de estabelecer-se perfeita harmonia com o conjunto geral das instalações previstas, tanto do lado esquerdo, onde se acham localizadas a Escola e suas seções, como do fronteiro, no qual também estão sendo feitas várias construções pertencentes ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

A formação do terreno previsto para o parque propriamente dito está se processando, tendo já ficado reservada uma área que se pode calcular em 300 mil metros quadrados. Para isso, foi organizado um cuidadoso projeto, que compreende bosques, aléas, vários agrupamentos de palmeiras e maciços de arbustos florísticos, em que figurem trepadeiras e árvores de grande efeito ornamental. Como sabe, temos numerosas árvores de floração. Cuidar-se-á, é claro, das variedades diferentes e ter-se-á ainda em conta as épocas de sua floração. O porte dessas árvores será também objeto de atenções especiais, a fim de estabelecer-se perfeito equilíbrio na sua distribuição.

Um grande lago já foi aberto, mas outro maior está sendo construído, que darão, sem dúvida muita vida ao parque, tornando-o assim ainda mais gracioso. A sua localização é tal que permitirá que suas águas reflitam algumas construções próximas e maciços de plantas ornamentais de floração. A distribuição das aléas não foi arbitrária. Ao contrário, exigiu acurado estudo, de forma a realçarem certas vistas, não só das proximidades como das grandes distâncias, permitindo agrupamentos de plantas ornamentais.”

A monumentalidade dos prédios deveria ser ressaltada de forma a manter um caráter típico de uma zona rural pretendido em sua criação, em atendimento às necessidades do governo em se instalar o CNEPA em um ambiente rural apropriado.

A topografia local foi determinante para a instalação do prédio principal na parte mais elevada do sítio, emoldurado por diferentes espécies de pau-brasil. As demais edificações foram distribuídas de forma harmoniosa por uma extensa área gramada entre eles, de maneira que permitissem sempre observar o horizonte, mas sem perderem a interligação dada pelo eixo monumental, garantindo a unidade do conjunto, mesmo que cortado pela rodovia. Portanto, a presença da rodovia acaba se tornando um ponto focal expressivo para as pessoas que ali passam, que certamente não ficam indiferentes à paisagem observada e também àquelas que se utilizam dos demais prédios.

A partir do prédio principal pontos focais originados permitem a captura das outras edificações distanciadas propositalmente por uma grande área gramada intermediadas por lagos, maciços arbustivos, espécies de árvores de floração exuberante e palmeiras diversas, que garantem o aspecto pretendido pelo autor em atendimento a criação de um ambiente rural em afinidade com o centro de estudos agrônômicos.

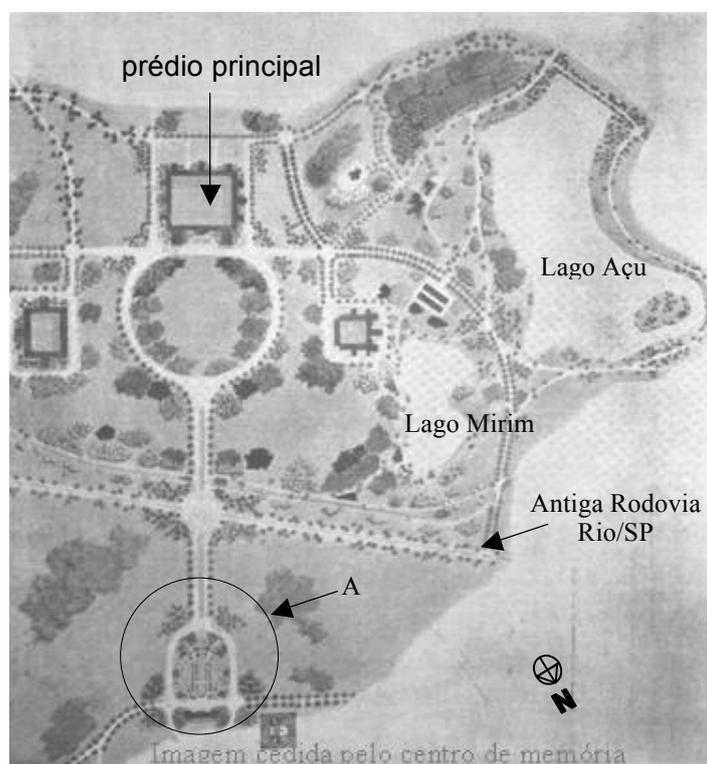


Figura 01-Planta representativa do paisagismo proposto por Reynaldo Dierberger, destacando-se o eixo entre as edificações principais cortado pela Antiga Estrada Rio/SP (Fonte: Centro de Memória UFRRJ).

Figura 02- Aquarela demonstrando um dos prédios e seus jardins (detalhe A, figura 01), aos quais não foram totalmente reproduzidos conforme previsto em projeto (Fonte: Centro de Memória UFRRJ).



Figura 03- Aquarela com vista a partir do prédio da figura 2, ao fundo o prédio principal e os secundários (Fonte: Centro de Memória UFRRJ).



Figura 04- Vista aérea do prédio principal e secundários e o lago menor.

4. Conceito de lugar

Em termos de arquitetura, quando pensamos em espaço, instantaneamente nos vêm à mente relações métricas, formas geométricas e limites físicos determinados por elementos concretos: paredes, muros, tetos, massas arbóreas, cercas vivas, caminhos etc. Sentimos-nos sempre tentados a valorizar apenas as qualidades materiais inerentes a esse complexo universo que se apresenta aos nossos olhos. A partir da inserção de seres humanos nesse universo supostamente finito, tangível e previsível, observa-se o surgimento de outras perspectivas, dadas pelas interpretações simbólicas daqueles que dele se utilizam cotidianamente.

A associação da materialidade dos espaços às emanações dele provenientes, advindas da cor, cheiro, diferentes perspectivas, escalas, dentre outros aspectos, são captadas pelos sentidos humanos transformando-os significativamente. A consideração dos valores subjetivos, inerentes aos

espaços extrapola a pedra e a cal. Em função disso, da denominação *espaço*, torna-se possível evoluir para o conceito de *ambiente* e dele, para o conceito de *lugar*.

Em geral, o *lugar* é definido por um caráter ou atmosfera, sendo, portanto, um fenômeno qualitativo total o qual não podemos reduzir a apenas às relações espaciais. Sendo assim, considera-se que a totalidade de elementos que têm substância material, como forma, textura e cor são capazes de, em conjunto, determinar um meio característico que traduz a sua essência.

Norberg-Schulz (1984: 6, 7 e 8) considera que o *lugar* envolve uma totalidade qualitativa de natureza complexa, não podendo ser descrito apenas através de significados analíticos ou conceitos científicos. Ele é capaz de assumir um espírito local característico (*genius loci*), devido às sensações que emanam de sua materialidade.

Castello (2007: 12 e 13) acrescenta que os espaços, a partir da interação humana, passam a ser “detentores de qualidades” e, por isso, diferenciados e percebidos como um *lugar* “delimitado dentro do espaço maior que constitui o todo da cidade”.

Nesse sentido, cabe citar a Carta de Veneza (ICOMOS-1964) que estabeleceu o fator “tempo” como elemento capaz de inserir edificações e lugares na memória coletiva de comunidades urbanas e, especialmente, o texto das Recomendações de Nairobi (UNESCO-1976) que lançou o conceito de *ambiência*, tendo em vista a necessidade humana de conservar *lugares* significativos para comunidades urbanas, independentemente de seus valores estéticos oficiais. Os aspectos tangíveis de sítios urbanos são capazes de construir contextos intangíveis, de importância cultural para comunidades. Eles nos remetem a uma dupla interpretação. A primeira concreta e superficial liga-se diretamente à sua materialidade, ao seu papel de suporte concreto de edificações, ruas, espaços, aos limites palpáveis, ou seja, às características do seu espaço.

Mais profundamente, surge a interpretação que enuncia questões mais subjetivas e abrangentes, ligadas aos valores imateriais identificados com a história, a cultura, a memória, as tradições, as identidades ligadas ao lugar (CAUQUELIN, 2002). Sob essa ótica, a percepção de espaços construídos passou também a se basear numa superposição de informações comportamentais (hábitos ligados aos trajetos, aos locais) e conceituais

(saberes abstratos sobre as organizações e as funções dos espaços) de seus usuários.

Segundo Heidegger (2001:125, 126), esse tipo de apreensão torna-se possível, devido à capacidade humana de “construção” de tipos de relações sensoriais visando a “habitação” de espaços. O “construir já é em si mesmo habitar”. O habitar precede o construir. Ele está e advém da natureza humana. Ligado ao habitar está o desenvolvimento do sentido de pertencimento e familiaridade a um determinado lugar, enunciado pela idéia de “estar em casa”. Dessa forma, podemos imaginar ser possível sentirmo-nos em casa em nossa própria cidade, em nosso próprio bairro ou rua, onde habitamos. A topofilia decorre do habitar originando os esforços comunitários realizados no sentido de conservar sítios históricos e monumentos, sejam eles “casas-cidades”, “casas-bairros” ou “casas-ruas”, defendendo-os contra aspectos considerados ameaçadores e capazes de desfigurar essa cara sensação de pertencimento proporcionada pelo habitar.

Cabe citar, Castello (2007:14 e 15) quando afirma que “(...) lugar é um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais”. Sendo assim, estabelece três tipos de percepção de lugar, por parte de comunidades urbanas: o lugar da aura, o lugar da memória e o lugar da pluralidade.

O *lugar da aura* associa-se ao significado de *genius loci* (espírito do lugar) já citado anteriormente (Norberg-Shulz, 1984).

O *lugar da memória* é aquele que é reconhecido em função de valores históricos coletivos, identificados por especialistas, mas também é destacado pela memória urbana coletiva de seus habitantes. Sendo assim, Castello (2007) destaca, dentre outros aspectos, que “(...) a memória urbana nos recorda quem nós somos e de onde viemos (...)”.

O *lugar da pluralidade* é associado simbolicamente ao lazer, ao prazer, à mistura, ao contrastante, aos outros, às diferenças, ou seja, lugares onde se torna possível vivenciar a tão almejada diversidade.

Ao observarmos o campus da UFRRJ podemos constatar por meio dos diversos tipos de apropriações de seus espaços exercidas pela comunidade de usuários que as três categorias de percepção de lugar, enunciadas por Castello (2007), estão fortemente presentes.

O campus da UFRRJ é percebido como “lugar da aura” quando por intermédio da paisagem estabelecida pela sua arquitetura e parque paisagístico constitui ambiente contrastante à rodovia, caracterizada por tráfego intenso que inclui o ruído e a poluição provenientes de caminhões e ônibus, associados à aridez do asfalto e a ocupação urbana desordenada do município de Seropédica. O “lugar Rural” liga-se a recantos acolhedores identificados com aspectos ligados à imagem do que seria um meio rural tradicional, caracterizado por formas da natureza (massas arbóreas, grandes gramados, animais, etc.) e ritmo mais lento do que o meio urbano. Em função disso, o “espírito do lugar Rural”, sem sombra de dúvida, estabelece uma significativa ruptura à percepção do usuário proveniente da rodovia e da cidade de Seropédica.

O campus da UFRRJ é percebido como “lugar da memória” por professores, funcionários, alunos e habitantes de Seropédica, quando é reconhecido como testemunho inequívoco de uma época passada. É um elemento marcante, uma referência na memória coletiva da comunidade de Seropédica, participando da vida de várias gerações de moradores locais. A arquitetura neocolonial (um estilo arquitetônico do passado) corrobora essa atmosfera histórica, exibindo morfologia e sistemas construtivos fora dos padrões atuais.

O campus da UFRRJ é percebido como “lugar da pluralidade” quando é percebido pela população local como um lugar de interação social, seja pelo convívio cotidiano entre alunos dos diversos cursos universitários, seja pelo importante papel de uma das poucas, senão a única opção de lazer contemplativo e cultural do município de Seropédica. O parque paisagístico é aberto aos domingos e feriados à população local, viabilizando atividades esportivas, culturais e de lazer contemplativo. O teatro Gustavo Dutra, localizado no prédio I do campus, é utilizado para diversas atividades, que incluem cerimônias de formatura, espetáculos de teatro, shows musicais e manifestações religiosas, franqueados à população do município.

4.1 – Ameaças ao lugar

Apesar dos importantes atributos materiais e imateriais identificados no “lugar campus da UFRRJ” há ameaças freqüentes e reais à sua integridade.

A primeira delas diz respeito à conservação de sua imponente arquitetura. Em face das já descritas características arquitetônicas, a sua conservação torna-

se uma atividade que assume um caráter extremamente especial que não é vislumbrado por recorrentes intervenções de atualização da infra-estrutura. Nesse contexto, é possível destacar alguns fatores responsáveis pela construção de um crônico descompasso existente entre necessidades e meios para alcançar soluções.

A literatura relativa à teoria da conservação de bens culturais destaca frequentemente a manutenção e a correta utilização de edificações históricas como ações capazes de evitar onerosas intervenções de restauração. A limpeza regular de calhas, substituição imediata de telhas quebradas, monitoramento de instalações elétricas e hidro-santiárias, dentre outras ações de baixo custo, por exemplo, são capazes de evitar conseqüências que podem assumir proporções desastrosas às edificações históricas.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos tipos de soluções adotadas na atualização de instalações prediais de edificações históricas. O improvisado ou a adoção de “alternativas paliativas” pode acarretar problemas que colocam em risco a integridade e a legibilidade da morfologia arquitetônica.

É importante observar que quase nunca a melhor alternativa de atualização de instalações de edificações históricas é a mais barata, em função das suas características especiais. O seu alto custo é, invariavelmente, apontado como satisfatória justificativa à adoção de soluções incompatíveis e inadequadas que, em geral, atendem cronogramas, orçamentos e prazos que desconsideram o caráter especial das edificações históricas.

No conjunto arquitetônico do campus da UFRRJ existe a falta de um programa de conservação e manutenção freqüente que conserve, a baixo custo, as edificações históricas. Por outro lado, são também constantes os indesejáveis improvisos e inadequadas adaptações aos padrões da vida atual que colocam em risco a conservação de uma das características do lugar.

A construção de acréscimos em edificações originais e de novas edificações incompatíveis morfologicamente com o projeto paisagístico elaborado por Reynaldo Dierberber, a indevida inserção de aparelhos de ar condicionado e a má adaptação de novos equipamentos, dentre outros pontos, materializam uma recorrente dificuldade de seguidas administrações em compreender a importância da criteriosa manutenção de partes para a construção do “lugar campus da UFRRJ”. Urge a elaboração de um plano diretor de utilização e

expansão do campus da UFRRJ, sob risco de perda de suas principais características paisagísticas.

Mesmo a partir do tombamento do campus ocorrido na esfera estadual no ano de 1998, essas ações continuaram a ocorrer, agravando a sua conservação. Somente a partir de 2006 foi criada a Comissão Especial para planejamento e execução da recuperação paisagística do campus da UFRRJ, composta por professores de diferentes áreas e técnicos administrativos. Em 2007, foi criada uma comissão específica, composta por professores da UFRRJ dos cursos de arquitetura, Belas Artes e História, voltada às questões inerentes à conservação do campus da UFRRJ, estabelecendo uma interface com o órgão estadual de tutela do tombamento, o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). A iniciativa se deu a partir da experiência da restauração dos painéis de azulejos planejados e desenhados pela artista plástica de renome internacional Maria Helena Vieira da Silva, localizados em parede situada na sala de estudos.

Em 26 de julho de 2007, foi realizado um seminário sobre a pintura com a presença de especialistas na conservação de azulejos e membros do Conselho Estadual de Tombamento (CET), ligado ao INEPAC. Na ocasião, também foi abordada a necessidade urgente de ações de conservação da arquitetura e do parque paisagístico do campus, obtidas a partir de trabalho desenvolvido por professores e alunos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), ligado ao Instituto de Tecnologia da Universidade que detectou e classificou diversas descaracterizações recorrentes nas edificações protegidas.

A partir desse momento as ações no sentido de disciplinar e normatizar intervenções de atualização e conservação do campus estão sendo lentamente estabelecidas, tentando-se vencer a histórica inércia administrativa e a crônica tendência a optar por soluções improvisadas, mais rápidas e baratas para o atendimento imediato de necessidades dos usuários das dependências do campus da UFRRJ.

5. Considerações Finais

Em face do exposto, é possível constatar que a importância cultural inerente ao “lugar campus da UFRRJ” – aspecto que conduziu ao seu tombamento

arquitetônico e paisagístico - liga-se intimamente à premente necessidade de manutenção das suas características arquitetônicas e paisagísticas.

As iniciativas desenvolvidas até o momento, apesar de importantes, não são suficientes. É importante envidar esforços no sentido de elaborar um plano diretor de uso, ocupação e expansão do campus, considerando e priorizando a conservação de todos os seus atributos (materiais e imateriais) que conduzem a sua percepção como *lugar* da aura, *lugar* da memória e *lugar* da pluralidade do município de Seropédica.

6. Bibliografia

Livros

AMARAL, Aracy. Artes Plásticas na Semana de 22. São Paulo: Editora 34, [1970], 2005 (5ª edição revista e ampliada).

CASTELLO, Lineu. A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

COSTA, F. O Ministério da Agricultura no primeiro decênio governamental do Presidente Vargas: conferência. Rio de Janeiro: DIP, 1940.

CAUQUELIN, Anne. Le site et le paysage. Paris: Ed. Puf Quadrage, 2002.

HEIDEGGER, Martin (1889-1976). *Construir, habitar, pensar* in Ensaio e conferências. Rio de Janeiro: editora Vozes, 2ª edição, 2001, pp 125 a 141.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte de 1922. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – Estudos Históricos, Arte e História, n.30, 2002/2.

LIMA, Fábio José Martins de. IBAMA – UFRRJ, PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA – Tradição e modernidade do arquiteto Ângelo Murgel. Itatiaia/RJ:Parque Nacional do Itatiaia: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 11, 2003.

MONTEIRO, M.C.; MATTOS, R.P. de; BIASE, T. DE; FERRAZ, G.M. dos S. Inventário de bens imóveis-ficha sumária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Km 47 da Rodovia BR-465, antiga estrada Rio/São Paulo. Proc.: E-18/001540/98

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci: Towards Phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli, 1984, pp 05 a 23.

Sites visitados

1. www.ufrj.br, em 19/08/2008.

